



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

CINFORM

Sergipe, 22 a 28 de setembro de 2014.

Prefeito minimiza “troca-troca” nas Secretarias Municipais

■ Em menos de dois anos de mandato, o prefeito de Estância, Carlos Magno Garcia, DEM, já trocou 11 secretários municipais. O “troca-troca” foi iniciado com o escândalo de superfaturamento nos preços das bandas no São João no ano passado, que culminou na demissão em massa de cinco deles de uma única vez. A última demissão aconteceu há 15 dias.

Quando questionado na última quinta-feira pela reportagem, o prefeito minimizou a situação. “Não garanti que ficariam os quatros anos de mandato. Quem não se adaptar, sai sem nenhum ressentimento. A Prefeitura é uma empresa que tem que dar produtividade. Ninguém é dono do lugar”, diz Carlos Magno.

De acordo com fontes da Secretaria de Comunicação, foram demitidos sete secretários no ano passado e quatro em 2014. Eles eram das pastas de Cultura, Finanças,



Prefeito Carlos Magno:
“Ninguém é dono do lugar”

Controle Interno, Administração, Comunicação, Procuradoria, Urbanismo, SAAE e Obras.

“Os funcionários têm que apresentar resultados”, afirmou o prefeito Carlos Magno, que garantiu que as trocas de secretários aconteceram de modo sereno e sem nenhuma mágoa.

FORRÓ DE LUXO

No ano passado, o Ministério Público Estadual pediu a suspensão dos pagamentos dos contratos e uma fiscalização para apurar o processo contratual de bandas musicais que faziam parte da programação junina de Estância.

Segundo o MPE, as diferenças nos valores dos cachês das bandas continham enormes disparidades em comparação com o montante despendido por outros municípios que contrataram as mesmas atrações.

Carlos Magno informou que, na época, suspendeu todos os contratos até que o Ministério Público concluísse o processo de fiscalização dos valores.

“Eu gosto de trabalhar fiscalizado, porque assim erramos menos”, diz Carlos Magno. Ainda segundo o prefeito, o Processo foi arquivado e os valores foram pagos de acordo com a decisão judicial. ■